

ROTEIRO DE UM PROJETO DE EXCLUSÃO A GESTÃO MACROECONÔMICA PÓS-GOLPE

A política econômica dos governos pós-golpe tem, como linha mestra, a busca por reversão do projeto dos governos petistas de promoção do crescimento de forma inclusiva. A redução do Estado via política fiscal, a omissão do Banco Central em atuar a favor do crescimento e a orientação geral de precarização e aumento da desigualdade no mercado de trabalho são a verdadeira motivação do consórcio golpista, com consequências nefastas para a vida cotidiana com corte de direitos e diminuição da renda.

Hoje já se pode atestar com segurança a falsidade do mote “*basta tirar a Dilma para voltarmos a crescer*”, que ecoou não apenas entre grupos oposicionistas, mas também na cúpula das análises econômicas e jornalísticas. Defendia-se que era suficiente promover a retração do Estado para que emergisse um mercado pulsante capaz de gerar crescimento.

Após cinco anos, a promessa segue a lógica autorrealizável da defesa do neoliberalismo: se ainda não funcionou, é porque não fizemos o bastante. O fracasso de uma dose não é lido como sinal de inadequação da proposta, mas como necessidade de tomá-la em dobro. A

pandemia expôs definitivamente a contradição de se encarar a política econômica apenas a partir dessa lente ideológica. Se o mundo todo já vinha questionando a efetividade da tese de *austeridade expansionista*, no período pandêmico ela parece ter se tornado um episódio distante do debate econômico.

É assim que o Brasil volta a figurar como a vanguarda do atraso, não apenas na economia, mas na pauta ambiental, na defesa dos direitos humanos e das liberdades individuais. O projeto neoliberal parece ter se tornado ainda mais cru, escancarando sua perspectiva autoritária e seu descompromisso com qualquer pacto civilizatório. Um verdadeiro enredo de exclusão.

POLÍTICA FISCAL - A REDUÇÃO DO ESTADO EM DOIS ATOS E DUAS PAUSAS

As chamadas *pedaladas fiscais*, ainda que servissem como um pretexto para a configuração do crime de responsabilidade, traziam consigo também a simbologia de criminalizar a ação governamental e o gasto público. A guinada liberal da arena política e de parcela da opinião pública, fundamentada no cenário de crise econômica e das denúncias da Lava jato, deu corpo a um discurso de redução do papel do Estado e seus serviços. Tratava-se de acabar com o “país da meia entrada” e fixar como mantra do debate econômico a necessidade de reduzir o déficit público exclusivamente por meio do corte de gastos.

A concretização desse projeto se deu menos de dois meses após a aprovação do *impeachment* na Câmara, quando Michel Temer apresentou a proposta que viria a se tornar a Emenda Constitucional 95, ou o Teto de Gastos, responsável por congelar o valor real dos gastos públicos durante 20 anos. Se levada a cabo, a EC 95 poderá representar a redução do gasto primário de um patamar próximo a 20% do PIB, em 2017, para 12%, em 2036. Trata-se de impor uma redução deliberada do Esta-

do diante da economia para que a sociedade se veja obrigada a selecionar quais dos serviços públicos deseja continuar provendo.

A aprovação do Teto de Gastos definiu parte fundamental do debate político e econômico desde então. Como consequência lógica, o Teto impôs a necessidade de iniciar a chamada *agenda reformista*, capaz de fazer com que os gastos públicos coubessem na nova regra.

Dentre as reformas, que agora haviam se tornado necessárias, a previdenciária aparecia com destaque, dado que os gastos com aposentadorias e pensões correspondem a um pouco mais da metade dos gastos primários. Temer propôs ao Congresso uma nova rodada de reduções do Estado, mas a ilegitimidade de seu governo e o caráter impopular e regressivo das reformas mobilizaram forte resistência ao desmonte do sistema previdenciário, que não prosperou.

A pauta *reformista* se manteve e o debate econômico nas eleições de 2018 girou em torno da necessidade de promover *ajustes* que permitissem a manutenção do Teto. Jair Bolsonaro assumiu com o compromisso de terminar aquilo que o governo Temer não havia conseguido e aprovar uma Reforma da Previdência. Após dois meses da posse, o presidente e seu ministro Paulo Guedes apresentaram a proposta que trazia consigo o objetivo de reduzir os gastos com benefícios em, pelo menos, 1 trilhão de reais ao longo de dez anos. O montante simbolizava aquilo que Guedes considerava o ajuste necessário para tornar o sistema previdenciário atrativo ao setor privado para a adoção do modelo de capitalização.

Embora tenha passado por alterações importantes no Congresso, a Reforma da Previdência preservou seu principal objetivo: estabelecer uma idade mínima, ainda que diferenciada para homens e mulheres, encerrando a aposentadoria por tempo de contribuição. A estimativa de redução de gastos a ser gerada ao longo de uma década, próxima de 995 bilhões de reais, é similar ao desejado por Guedes, mas seus planos de transformá-la em um regime de capitalização não prosperaram.

Outra temática do enredo fiscal dos governos pós-golpe são as privatizações. Tanto quanto as outras agendas de reforma, essas medidas constituem a promessa eterna de um futuro glorioso e de recursos abundantes. A própria inserção das privatizações no quadro fiscal mostra o único objetivo de seus proponentes: obter recursos vendendo estoque para atenuar fluxos. Não há praticamente menção a critérios técnicos e busca por maior eficiência. Ao contrário, as medidas já tomadas desarticulam importantes instrumentos de política econômica e vendem ativos construídos ao longo de anos, por gerações de brasileiros, em um momento de baixa histórica do preço das empresas.

O ano de 2020 começou embalado pelo segundo ímpeto de cortes dos gastos públicos, com foco no funcionalismo. A proposta de Reforma Administrativa tinha como meta a redução da despesa com folha de pagamentos e a flexibilização do regime de trabalho. Porém, a *agenda reformista* passou por sua segunda pausa, da qual ainda não saiu, com o início da pandemia da COVID-19. A necessidade de responder à crise sanitária impôs ao governo a interrupção não apenas de sua agenda de reformas, mas também do período de corte das despesas, exigindo exatamente seu contrário.

No início, Paulo Guedes transmitiu a mensagem de que o curso do governo não iria se alterar. Anunciou que seriam necessários apenas 5 bilhões de reais para superar a crise e que a recuperação econômica seria em “V”. Errou mais uma vez em seus prognósticos, tanto a respeito das medidas que seriam tomadas pelo governo, quanto no desempenho da economia.

Enquanto Guedes defendia o pagamento de 200 reais para trabalhadores informais, o Congresso acabou sendo guiado pelas propostas da oposição e forçou o governo a aceitar o Auxílio como cinco parcelas de 600 reais, além de outras quatro no valor de 300 reais. Além disso, o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, o auxílio a estados e municípios e as despesas extras em saúde resultaram em gastos

adicionais de 528 bilhões de reais, gerando o maior déficit primário da história, de 743 bilhões de reais.

O fim do segundo ato de reformas trouxe consigo o fim efetivo do principal personagem desde o golpe, o Teto de Gastos. Ainda que esteja vivo no papel, ele precisou ser suspenso com a aprovação do Orçamento de Guerra (EC 106) no primeiro ano de pandemia e, no segundo ano, passou a ser contornado por meio da aprovação de créditos extraordinários para gastos ainda exigidos pela crise sanitária. Por fim, a PEC Emergencial (EC 109) definiu novos gatilhos para o congelamento de despesas, remendando a EC 95 e adotando um critério de acionamento dos “gatilhos” motivados pela razão entre seu componente obrigatório e o total.

Fica nítido, portanto, o enredo das emendas constitucionais aprovadas após o golpe. Sob o argumento da redução do papel do Estado na economia, buscaram a redução das despesas públicas, a redução de direitos sociais ou a determinação de limites para atuação estatal. A política fiscal resultante é mais enrijecida e menos capaz de atender às demandas de nossos tempos. Ao final do enredo temos quatro regras fiscais: meta de resultado primário, regra de ouro, teto de gastos e, mais recentemente, razão entre despesas obrigatórias e totais. Trata-se de um emaranhado legislativo construído, a cada ocasião, para promover o ajuste dos próximos governos, nunca de seu próprio.

POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL: A OMISSÃO EM TRÊS ATOS

O contorno da política monetária do pós-golpe começou a ser desenhado ainda antes do afastamento da presidenta Dilma. A pressão do mercado e dos agentes do setor financeiro para que o Banco Central respondesse a uma inflação majoritariamente causada pelo descongelamento de preços administrados com uma drástica elevação da taxa

de juros é uma das raízes do elevado nível de desemprego que vivemos desde então. As gestões subsequentes, mesmo diante de uma inflação abaixo do piso da meta, resistiram a uma redução mais substantiva da taxa de juros. Ao longo deste período, outro elemento também tomou conta da narrativa da autoridade monetária: que o alegado descontrole fiscal era o responsável por impedir a necessária queda da taxa Selic.

A forma como devem se articular política fiscal e monetária é um dos pontos em que mais se explicita a divergência entre o projeto golpista e uma gestão macroeconômica comprometida com o crescimento e desenvolvimento nacional. Os profetas do apocalipse fiscal, para os quais a quebra do país é sempre uma questão de tempo, defenderam e seguem argumentando que o elevado déficit primário e a trajetória de crescimento da razão dívida/PIB impedem um afrouxamento maior da política monetária e com isso dificultam a retomada da atividade.

Em oposição ao entendimento de que é preciso coordenar política fiscal e monetária para garantir uma retomada econômica substantiva, a expressão que melhor sintetiza o sentido do manejo monetário no pós-golpe é do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto: “neste momento, o BC é passageiro, o piloto é o fiscal”. Ao se desresponsabilizar em relação ao elevado nível de desemprego e desempenho econômico pífio – transferindo ao ajuste fiscal a condição de ancorar expectativas, para só então a política monetária poder entrar em cena e garantir “sozinha” uma eventual retomada –, o Banco Central ao longo dos últimos 5 anos foi conivente com a tragédia social que o Brasil vive.

Pode-se dividir a política monetária deste período em três atos, que têm neste debate fiscal o seu pano de fundo e na autonomia do Banco Central o seu objetivo final. O primeiro ato se iniciou junto com a gestão de Ilan Goldfajn, em junho de 2016, e vai até o fim de 2017. Neste período há resistência em reduzir a taxa básica de juros do patamar de 14% ao ano em que se encontrava, mesmo com as evidências de que a

pressão inflacionária era passageira e o desemprego, ao contrário, duradouro. Só em agosto de 2017, a taxa ficou abaixo de 10% ao ano em termos nominais. Também foi neste mês que a inflação acumulada de 12 meses atingiu a mínima de 2,46%, significando que, no auge da desaceleração, a taxa de juros reais estava acima de 7% ao ano.

Os inúmeros balanços positivos feitos pelos agentes do mercado da gestão Goldfajn ressaltam a queda da Selic e da inflação para níveis historicamente baixos, deixando de lado a outra face da história, de que convivemos neste período com uma baixa utilização da capacidade instalada, escassez de emprego e precarização do trabalho também recordes. O verdadeiro banqueiro central do período foi o desemprego, no fim do dia o responsável por uma inflação tão baixa, reflexo de uma economia desaquecida.

O segundo ato se inicia em 2017 quando, pela primeira vez na história, a inflação anual de 2,95% fica abaixo do limite inferior de tolerância de 3,0%. Começava ali um período de mais de um ano em que a Selic foi mantida em 6,50% ao ano, apesar da persistência do desemprego e da estabilidade do nível de preços próximo ao piso da meta. O Banco Central estava transformando o piso da meta em centro e o centro em teto, atribuindo à política fiscal a responsabilidade pela inércia da gestão monetária.

As características deste segundo ato se mantêm até o início de 2020, sendo marcado por não avançar em uma política monetária mais expansionista, mantendo a taxa de juros praticamente estável. Contudo, mesmo antes da pandemia, a resiliência do desemprego e o controle da inflação pressionaram o BC por retomar um ciclo de cortes, algo ainda mais intensificado com o início da crise sanitária.

O terceiro ato ainda está inacabado e, conseqüentemente, em disputa. A condução da política monetária durante a pandemia, além da importante garantia de liquidez ao sistema financeiro, foi marcada pela queda acentuada das taxas de juros. Enquanto a redução da taxa

foi importante e de acordo com o que vinha se efetivando ao redor do mundo, a forte desvalorização cambial, motivada pela reversão internacional dos fluxos de capital dos países emergentes e pela crise política institucional característica do governo Bolsonaro, impactou os preços de maneira substantiva a partir de agosto de 2020. A pressão inflacionária se perpetuou por conta da manutenção do quadro internacional e das incertezas frente ao governo brasileiro e, novamente, houve pressão para o Banco Central elevar a taxa de juros, e de responsabilizar a gestão fiscal pela dramática desvalorização cambial.

A autoridade monetária possui instrumentos para agir no mercado de câmbio. A herança bendita dos governos petistas de mais de 350 bilhões de dólares em reservas cambiais e uma dívida pública denominada majoritariamente em moeda nacional são ativos que permitem uma suavização da moeda e também garantem uma margem de atuação para a economia brasileira muito mais ampla do que a maioria dos países emergentes.

Além disso, o BC abriu mão, mesmo com autorização do Congresso, de agir no mercado secundário de títulos e com isso diminuir a pressão sobre a curva de juros de longo prazo. A opção por não intervir contribuiu para que o mercado pressionasse por elevações na taxa básica de juros e atribuisse ao fiscal a responsabilidade de resolver a questão cambial.

Do primeiro ao terceiro ato, o fio condutor da atuação da política monetária do período pós-golpe é de negligência frente ao seu papel e sua capacidade de reverter o desempenho econômico pífio, o desemprego crescente e a volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

Mesmo já atuando de maneira alheia ao que poderiam ser as exigências da sociedade brasileira frente a sua autoridade monetária, o projeto golpista para o Banco Central só foi concluído com a votação da autonomia em 2021. O sentido desta autonomia é o mesmo: tornar cada dia mais o Banco Central autônomo dos interesses da maioria e influenciado por impressões e interesses de uma minoria de donos do capital.

O enredo da tragédia golpista na condução da política macroeconômica mais parece um samba de uma nota só: ajuste e reformas. O ajuste parece ter valor em si, uma defesa moral da parcimônia que se coloca superior a quaisquer justificativas ou demandas sociais. Já as reformas são uma moldura disforme na qual se enquadra qualquer projeto que se proponha realizar diminuição do Estado e de seus instrumentos de política econômica. Das privatizações à flexibilização do mercado de trabalho, da reforma administrativa à autonomia do Banco Central, a estratégia é sempre a mesma: retirar da arena da política e dos espaços democráticos as decisões sobre a gestão econômica.